

2

Estado dos críticos no Internacional/Mundial

2.1

Críticos no pós-1989

No âmbito desta dissertação, este capítulo procura apreender a virada crítica operada no Internacional/Mundial e, efetuando elo com a Introdução, pensar o significado da ruptura teórica no pós-1989. Trata-se de uma contextualização teórica de certos críticos contemporâneos, buscando enfatizar como estes pensam os dois principais nós teóricos da disciplina – inserida nas ciências política e social: o positivismo e estado-centrismo.

Neste contexto, a presente seção introduz a concepção de virada crítica, além de uma breve recapitulação das teorias convencionais de Relações Internacionais (RI), tendo em vista que as limitações apontadas, ao longo deste trabalho, aos críticos estado-cêntricos os associam às barreiras do Internacional, quando não problematizam e tampouco questionam as resoluções atuais da soberania estatal.

A análise da relação entre os Estados e a ausência de uma autoridade central – a anarquia – constituiu o impulso inicial do campo de estudos específico do Internacional/Mundial, após a Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, houve um predomínio da teoria realista e mais recentemente, da síntese *neo-neo* (Neorealismo e Institucionalismo Neoliberal), todas possuindo uma visão positivista e estado-cêntrica.

Nos anos 1990, o panorama da disciplina de RI é afetado pela erosão da ordem mundial da Guerra Fria e pelas dificuldades das teorias predominantes em sua previsão e explicação. Isto resulta em dois movimentos distintos. Por um lado, há um reagrupamento das teorias *mainstream* no “guarda-chuva” da síntese racionalista; por outro, abre-se um espaço maior para as teorias críticas, cuja influência iniciou-se nos anos 1980, com os artigos “fundadores” de Richard Ashley (1984) e Robert Cox (1986).

Esta convergência entre neorealistas e neoliberais se expressa nos debates entre Robert Keohane (1993) e Lisa Martin (1995) frente a Joseph Grieco (1993) e John Mearsheimer (1995) e, também, no artigo escrito em conjunto por

Katzenstein, Krasner e Keohane (1998). Os debates permitem identificar uma clara harmonia, compreendendo os Estados – agentes unitários, racionais e egoístas – como os principais atores e a anarquia como explicação determinante para apreender o comportamento e motivações destes Estados. Identificam, ainda, a cooperação entre os Estados, limitada pela lógica de competição e insegurança, como possível unicamente quando há interesses comuns. As divergências entre estas perspectivas são reduzidas, atendo-se a discussões mais periféricas.

Ademais, como indicam Keohane e Martin frente a Mearsheimer, trata-se de explicar as anomalias do programa de pesquisa realista,

by seeking to specify the conditions under which institutions can have an impact and cooperation can occur, institutionalist theory shows under what conditions realist propositions are valid. It is in this sense that institutionalism claims to subsume realism (Keohane e Martin, 1995, p. 42).

Por estes motivos, Ashley (1984) equipara Keohane – principal teórico do Institucionalismo Neoliberal – aos neorealistas, Cox (1986) identifica ambos como teorias de resolução de problemas e Mohammed Ayoob (1998) como síntese *neo-neo*.

Da mesma forma, o artigo de Peter Katzenstein, Keohane e Stephen Krasner (1998), somado ao de Martin e Beth Simmons (1998), representa o marco de unificação do *mainstream* racionalista. É curioso notar que o primeiro é construtivista, o segundo institucionalista neoliberal e o terceiro neorealista. Desta forma, possibilitam um debate limitado entre a convergência neorealista/neoliberal e os construtivistas ditos convencionais, enfatizando a importância do poder e das capacidades dos Estados sem, porém, absolutizá-las. Ainda, as políticas domésticas ou o poder das idéias não são olvidados, ainda que permaneçam ênfases diferenciadas segundo a perspectiva específica.

Por outro lado, as teorias críticas, frente às teorias convencionais, iniciam, a partir dos anos 1980, questionamentos às bases conceituais fundamentais da disciplina, constituindo um campo também reconhecido pelo conceito de pós-positivismo, ao trabalhar a idéia de que

positivism's importance has been not so much that it has given international theory a method but that its empiricist epistemology has determined what could be studied because it has determined what kinds of things existed in international relations (Smith, 1996, p. 11).

Deste modo, o positivismo envolve opções metodológicas, epistemológicas e ontológicas muito limitadas, sobretudo no que se refere ao seu estado-centrismo. Esta dominação positivista das RI perpassa os chamados grandes debates da disciplina até os anos 1990 (Smith, 1996). Assim, tal considerável influência no campo teórico definiu os horizontes e limites éticos, levando a uma determinação das fortes limitações acerca de sobre o que a disciplina poderia falar. Neste contexto, os críticos – pós-positivistas – abrem para outro tipo de pensamentos e realidades do Internacional/Mundial, inserindo a problemática das resistências (Maignashca, 2003).

Em suma, as teorias críticas no campo das Relações Internacionais surgem como interrogações às teorias do *mainstream*. Estas possuem dois eixos, com o questionamento ao positivismo e suas amarras para reflexão, por um lado, e, por outro, à visão estado-cêntrica das RI e suas implicações limitantes no que toca à imaginação política.

Deste modo, este capítulo, após esta contextualização, prossegue com as contribuições pós-positivistas da virada crítica. Em seguida, adentra-se na análise do estado-centrismo, efetuando-se uma digressão para melhor apreender o nó teórico que representam o Estado e o Internacional para os críticos clássicos – Marx e os primeiros marxistas. Depois, serão abordados o impacto dos fenômenos da globalização na compreensão do Internacional/Mundial e suas repercussões teóricas na visão da soberania estatal, por parte dos críticos contemporâneos.

2.2 Virada crítica e pós-positivismo

As teorias críticas convergem, entre outros aspectos, na avaliação negativa da separação das Relações Internacionais das demais teorias políticas e sociais (Hoffman, 1987; Brown, 1994). Deste modo, Mark Neufeld e Robert Cox trabalham as RI, no espírito da crítica feita à ciência tradicional por Horkheimer nos anos 1930 e por Bernstein nos anos 1970, no campo da sociologia, ou seja, pesquisando o significado de uma teoria emancipatória para o Internacional, tendo como propósito a plena realização do potencial humano. Deste modo, Neufeld

defende uma reestruturação da disciplina – já em curso – de um modo não-positivista, iniciando com a explicação do que é este método positivista para, em seguida, empreender sua crítica.

Assim, Neufeld, em *The restructuring of International Relations Theory*, sistematiza os conceitos essenciais positivistas, sintetizados em três princípios. Primeiro, destaca a idéia de “verdade como correspondência”, ou seja, o conhecimento positivo se caracteriza por uma clara divisão entre a ciência objetiva e as tentações metafísicas ou teleológicas. Esta objetividade é alcançada graças a sua ligação direta com os fatos observáveis, a esfera empírica. Sustentando este princípio, encontramos a idéia da separação do sujeito e do objeto, observador e observado, sendo possível isolar um do outro. Em outras palavras, apóia-se na convicção acerca da existência de um mundo real – o objeto – distinto das construções teóricas do cientista, o que permite que se chegue a uma verdade objetiva.

Em seguida, o autor aponta que os positivistas pressupõem a unidade metodológica da ciência. Deste modo, estes pesquisadores optam por aplicar os métodos das ciências naturais aos estudos sociais. Por trás desta escolha metodológica, jaz a imagem do naturalismo, não existindo diferença entre os mundos natural e social. Logo, pode-se observar e estudar as mesmas regularidades comportamentais, independentes do contexto, seja este histórico, geográfico ou social, em sintonia com a separação entre sujeito e objeto. Assim, postula-se a existência de verdades de validade universal – leis gerais – abrangendo todos os seres humanos e permitindo um acúmulo gradual de hipóteses e teorias verdadeiras.

Enfim, o terceiro dogma positivista apresentado rejeita qualquer tipo de questões normativas, atendo-se aos fatos, ao mundo empírico e objetivo. Assim, os valores e compromissos dos pesquisadores permanecem estanques ao processo de pesquisa e de produção de conhecimento, devido à rígida separação entre fatos e normas. Conseqüentemente, a ciência se atém à vida real, ao “é”, em oposição ao “dever ser”, sendo livre de valores. Ainda, a ciência não deve referir-se ao não-factual, já que não faz parte de seu papel fazê-lo. Em outras palavras, os problemas filosóficos devem ser deixados, unicamente, aos próprios filósofos.

A partir do contexto do Internacional/Mundial, Robert Cox coloca que todas teorias são para alguém e algum propósito mesmo se as mais elaboradas não se limitam a isto. Assim, todas possuem uma perspectiva e posição no espaço e no tempo, ambas sendo consideradas como sócio-políticas, ou seja, ligadas a nações, classes ou, ainda, setores particulares.

Destarte, as teorias de RI concentram-se sob a forma de resolução de problemas, pensando no quadro de um mundo “as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which are organized, as the guide framework for action” (Cox, 1986, p. 208). Assim, assiste-se a um presente contínuo, resultando em uma a-historicidade, tais perspectivas congelando a presente ordem e seus beneficiários e, logo, possuindo características conservadoras.

Assim, tal modo de pensar as ciências universaliza um tipo de pensamento de uma fase característica da história, tendo de um lado, certa utilidade prática, e apresentando por outro, problemas ideológicos ao eternizar uma realidade socialmente construída e contingente como imutável e permanente como, por exemplo, no caso do sistema de Estados. Para Cox, a elegância de algumas teorias para os positivistas, representa simplificação para os críticos.

Neste contexto, as teorias críticas centram-se em entender – e transformar – os constrangimentos socialmente construídos à liberdade e emancipação, enfatizando a criatividade humana. Anseiam, ainda, ir além da racionalidade instrumental e técnica e questionam as limitações metodológicas, epistemológicas e ontológicas das teorias convencionais, procurando a transcendência dos limites habitualmente aceitos.

Assim, Neufeld, frente aos três princípios positivistas, expõe seu contraponto reflexivo. Desta forma, propõe uma reflexão teórica sobre o processo mesmo de teorizar, ou seja, uma meta-teoria. Neste contexto, é fundamental estar consciente sobre as premissas que orientam a teoria, destacando a importância da epistemologia – como estudar a política mundial? – e ontologia – suposições sobre a natureza do mundo.

Neufeld, igualmente, aponta o conteúdo político-normativo inerente aos diversos paradigmas. Assim, a separação do observador e observado não cabe, já que processos sociais não devem ser isolados, ao custo de deixar de problematizar

questões importantes: muitas perguntas não são respondidas e outras nem são levantadas, sobretudo se pensarmos nas origens dos pressupostos. Dito de outro modo, “ideas, words, and language are not mirrors which copy the ‘real’ or objective world – as positivist conceptions of theory and knowledge would have it – but rather tools with which we cope ‘our’ world” (Neufeld, 1995, p. 43). Assim, os problemas, necessidades ou interesses mostram-se nas diversas escolhas efetuadas durante o processo de pesquisa. Além disso, os críticos defendem a incomensurabilidade kuhniana sem, no entanto, recusar comparações pelo caráter político-normativo dos projetos que defendem.

Em seguida, o autor enfatiza o caráter fundamental e criativo da consciência humana, opondo-se ao conceito de naturalismo e indicando a diferença essencial entre os mundos natural e social. As práticas sociais constituem-se por relações intersubjetivas – redes de significados – auto-interpretativas e de auto-reflexão, em contextos históricos cambiantes. Logo, as consciências humanas constituem e possuem potencial de transformação do mundo. Também, as ordens sociais estão imersas em práticas e contextos históricos, materiais e sociais. Em contraponto, os positivistas analisam a situação atual como dada, natural e fixa, levando a uma reificação da ordem mundial, apresentada como uma coisa, fora da ação ou vontade humanas. Isto evidencia o componente ideológico existente na reprodução da ordem e o papel constitutivo e potencialmente transformador da consciência humana na vida social e política.

Enfim, Neufeld desenvolve a idéia que todas teorias são normativas e, neste contexto, o positivismo, por negar isto, empobrece os discursos. Também, sua razão instrumental – conhecimento exclusivo de regularidades e desejo de controle – impede um melhor entendimento já que os fatos sociais são reificados. Assim, percebe-se seu conteúdo normativo oculto, pois se ater ao que “é” liga-se à manutenção do status quo, antecipando, legitimando e orientando um projeto específico. Por conseguinte, o autor conclui que a tentativa de separar fatos e valores representa uma quimera, pois todas as teorias são, explícita ou implicitamente, permeadas por normas.

Em *démarche* similar, Cox liga a crítica – e seu impulso pós-positivista – inextricavelmente à cogitação acerca de alternativas, iniciando suas reflexões sempre pelo questionamento das origens da ordem hodierna. Tal distanciamento da organização estabelecida permite pensar em complexos sociais e políticos mais

do que em partes determinadas. Para este, o ato de teorizar inclui-se na práxis, ou seja, ajuda a constituir o mundo. Logo,

critical theory can be a guide to strategic action for bringing about an alternative order, whereas problem-solving theory is a guide to tactical actions which, intended or unintended, sustain the existing order (Cox, 1986, p. 211).

Cox, pela dialética, analisa, também, as contradições e os conflitos no contexto de uma natureza humana e de relações sociais sempre em transformação. Desta forma, presta atenção às possibilidades de mudança nas relações de produção, formas de Estado e ordens mundiais. Assim, as teorias críticas utilizam a categoria marxista da práxis que não separa, de modo artificial, ciência objetiva e postulados éticos, buscando a superação destas contradições. Teoria crítica, reflexão política e ação social interligam-se, de forma que, não por acaso, Neufeld cita Marx, ao caracterizar a teoria emancipatória como expressando o “desire to serve as ‘the self-clarification of the struggles and wishes of the age’” (Neufeld, 1995, p. 20).

A partir das perspectivas críticas apresentadas, pode-se dizer que ir além do positivismo liga-se a questionar, igualmente, o estado-centrismo do Internacional/Mundial. A veia questionadora pós-positivista permite, agora, adentrar mais profundamente no fio condutor desta meditação, a saber, a imaginação política estado-cêntrica – moderna e internacionalista – de certos críticos e a procura em romper tais barreiras, de outros.

2.3

Virada crítica e pós-estado-centrismo

Ao intentar apreender os limites criativos estado-cêntricos e possíveis resoluções distintas, inicia-se com uma digressão que procura estudar a visão dos críticos clássicos em relação ao Estado soberano. A idéia é indicar as dificuldades destes no Internacional. Após isto, centra-se, em perspectiva histórica, nas condições e transformações territoriais atuais para, enfim, discutir suas repercussões teóricas, em consonância com a análise crítica do segundo – e principal – nó teórico do Internacional/Mundial.

2.3.1

O Internacional de Marx: Estado, Internacionalismo, transição

O internacionalismo situa-se no âmago do pensamento, teoria e estratégia marxistas, seu objetivo consistindo na busca de uma comunidade socialista mundial. A crítica clássica de Karl Marx enxerga o caráter limitado do Estado soberano capitalista para satisfazer os problemas sociais e necessidades humanas (Waterman, 1998). Por conseguinte, sua finalidade encontra-se no desaparecimento das demarcações e antagonismos nacionais e na impossibilidade de superação das contradições dentro dos marcos do modo capitalista de organização social. Ainda, Marx pensa o comunismo desabrochando unicamente em âmbito mundial, pela ação do proletariado, classe universal e supranacional, tendo em vista o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Deste modo, para os marxistas a humanidade constitui o limite último da reflexão, ilustrado pelo apelo final do *Manifesto do Partido Comunista*, “proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx, 2001 [1848], p. 41). Da mesma forma, a visão da totalidade dialética analisa tanto o capitalismo além da soma das economias nacionais quanto a luta de classes internacional como mais que a adição das lutas nacionais, ambos constituindo totalidades orgânicas. Destarte, Georg Luckács defende que “uma situação local ou nacional não pode ser entendida na teoria e transformada na prática, caso se ignore como ela se articula com o todo, ou seja, com a evolução mundial econômica, social e política” (Löwy, 2000, p. 81).

Porém, ocorre um paradoxo entre o internacionalismo *per se* do pensamento crítico clássico e seu relativamente parco desenvolvimento nas RI. Este é influenciado por sua herança da filosofia clássica alemã e conseqüente compreensão das realidades sociais como totalidades historicamente produzidas, ou seja, tendo sentido contrário a métodos que recortam o conhecimento social em disciplinas estanques (Fernandes, 2001, p. 111).

Por seu lado, Andrew Linklater (1990) traça a trajetória do pensamento marxista nas RI, partindo de Marx e Engels e abarcando parte da ampla gama de seus epígonos¹. Assim, as dificuldades de Marx e seus seguidores na interpretação do Internacional/Mundial ilustram-se pela complexidade de refletir acerca da

¹ No âmbito desta seção, limito-me dentre os seguidores de Marx essencialmente a Lênin.

emancipação em âmbito mundial em um mundo dividido em Estados soberanos, ponto de partida da pesquisa primordial de Linklater (1982).

Ademais, a perspectiva marxista do processo universalizante da expansão capitalista falha ao não considerar as relações políticas e culturais entre os países independentes no seu desenvolvimento teórico. Marx pensou as tensões entre as normas universais e particulares nas relações de produção, deixando, entretanto, de analisá-las no que envolve as relações entre Estados soberanos. Em suma, não ofereceu a visão de uma ordem mundial alternativa, não desenvolvendo como seria alcançado o movimento além dos Estados particulares e do nacionalismo na prática, ao atribuir um efeito demasiadamente universalista ao capital e ligando automaticamente revolução proletária e fim das rivalidades entre os Estados soberanos.

Em outras palavras, Linklater indica que, para Marx, o sistema de Estados não era visto como obstáculo indispensável à emancipação humana, pois a industrialização e a crescente interdependência internacional o dissolveriam, revelando uma visão linear e progressista, em consonância com o projeto da modernidade. Ainda, Marx pensa a divisão do trabalho particular como a expressão principal das RI. Assim, o proletariado representa a “first class to embody universal suffering and promise universal emancipation” (Linklater, 1990, pp. 46-7). Dito de outro modo, uma divisão internacional socialista do trabalho reconciliaria o mundo de suas particularidades conflitantes, dissolvendo as distinções de classes mas também os constrangimentos interestatais.

Houve um crescimento do poder dos Estados nos séculos XIX e XX, devido à industrialização, nos âmbitos doméstico e internacional. Assim, para os seguidores de Marx, ficou claro que os conflitos entre nações não se limitavam a uma expressão distorcida da luta de classes, envolvendo também, entre outras, disputas por direitos nacionais. Desta forma, um dos principais desafios marxistas situou-se em compreender os motivos da promessa não-cumprida do universalismo capitalista e sua posterior anulação do nacionalismo e conseqüentes rivalidades.

Assim, Lênin buscou perceber as relações entre o nacionalismo e o desenvolvimento desigual do capitalismo em esfera mundial. Neste espírito, defendia que a expansão do capitalismo permitia o despertar da vida nacional e

dos movimentos de trabalhadores. Vislumbrava na luta pela criação de Estados soberanos e contra a opressão de outros Estados, o potencial emancipatório do nacionalismo, já indicado por Marx, tentando conciliar e associar internacionalismo proletário e movimentos nacionais progressistas.

Entretanto, Lênin também não considerou suficientemente a importância da formação dos Estados e dos conflitos no sistema internacional. Deste modo, propôs unicamente concentrar-se no desenvolvimento econômico desigual e no nacionalismo como reação frente às desigualdades econômicas mundiais, condicionando a resolução das lutas internacionais unicamente às soluções de tais problemas, subestimando o reconhecimento das diferenças culturais e rivalidades políticas entre Estados.

De forma semelhante a Marx e Engels, suas deficiências de interpretação tornaram-se claras no momento em que o socialismo passou a ser construído em um único Estado, evidenciando a inevitável relação entre a segurança do Estado soberano e o nacionalismo. Logo, subsistem dois problemas fundamentais, o das minorias dentro de cada Estado frente à – frequentemente brutal – homogeneização nacional e o risco contido ao aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, que esta via nacionalista ao socialismo se transforme na viagem em si. Em suma, “Marxism had failed to recognize the need for an emancipatory politics which dealt directly with both the domestic and the international dimensions of the state’s use of violence” (Linklater, 1990. pp. 73 e 140).

Tanto a idéia de Marx, expressa no *Manifesto do Partido Comunista*, de que cada proletariado deveria “acertar as contas” com sua própria burguesia, como a da revolução mundial de Lênin, supunham que ondas revolucionárias iriam estender planetariamente o domínio socialista. Assim, volta-se à dificuldade do marxismo em trabalhar o universalismo socialista em meio a um mundo dividido em Estados soberanos.

Destarte, o problema da transição do capitalismo ao socialismo acabou sendo pensado em consonância com o nacionalismo e com os métodos tradicionais de conduzir as relações entre os Estados – ilustrado pela União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) – e evidenciando as dificuldades decorrentes – sem subestimar os demais motivos e o principal, a saber, a virada

stalinista – da não-problematização das questões da soberania e imaginação política no Internacional/Mundial.

Assim, um dos teóricos bolcheviques, Nicolai Bukharin, refletindo acerca da transição socialista, defendia que a “Russian revolution will either be saved by the international proletariat or... perish under the blows of international capital” (Linklater, 1990, p. 65); aceitando, no entanto, posteriormente a teoria do socialismo em um só país. Isto expressa igualmente as adversidades enfrentadas pela URSS, entre seu apelo aos interesses universais do movimento socialista e as exigências do poder nacional soviético, país semiperiférico e frágil militarmente frente à hostilidade internacional. Em síntese, tais reflexões não se centraram em alternativas à lógica de competição e reprodução sistêmica.

Deste modo, cada proletariado nacional havia de obter o controle estatal da burguesia local para implantar o projeto de transformação socialista, instituindo Estados contra-hegemônicos tendo em vista sua posterior ampliação ao planeta. Ainda, Marx cogitou que as revoluções nas regiões capitalistas mais avançadas seriam o primeiro passo rumo a sua conquista global. Destarte, o Estado moderno e suas formas de organização seriam superados ao longo deste processo.

Porém, esta visão de transição mundial mostrou, historicamente, seus limites. Os Estados capitalistas lograram manter-se e os movimentos socialistas sucumbiram ao nacionalismo e às agendas de política externa tradicional, consolidando a perspectiva transformadora em dois lances e ilustrando a dificuldade de concretizar o internacionalismo em um mundo dividido em Estados capitalistas e socialistas. Logo, as complexidades de uma mudança radical na estrutura das RI indicam o caráter limitado de pensar essencialmente as mudanças socialistas em âmbito nacional.

Assim, abre-se um duplo problema da transição concomitantemente “interno” e “externo”, já que ambas não se concretizaram; a primeira em mudanças pelo âmbito do Estado soberano (nacional) e a segunda pelas ondas revolucionárias (internacional), abrindo ao dilema, à questão não-resolvida de construir uma resolução socialista entre universal e particular em contraponto às presentes configurações da soberania estatal.

2.3.2 Globalização, território, teorias

Após a discussão das perspectivas críticas clássicas no Internacional/Mundial, pode-se analisar os questionamentos que representam os fenômenos da globalização para a compreensão das RI. Por conseguinte, o que neste momento de câmbios está em jogo é o

degree to which contemporary transformations can be understood as challenges to the spatial resolution of claims about the possibility of meaningful political community within states and the impossibility of any more than transient modes of accommodation between them (Walker, 1993, p. 13).

Desta forma, prossegue-se com a conceitualização da globalização, continuando com seus desafios às interpretações teóricas usuais do Internacional.

Somos bombardeados pela palavra globalização, nos debates teórico e político, nas ruas e universidades. Logo, torna-se primordial conceitualizar estes fenômenos multidimensionais e assimétricos, enfatizando seus aspectos e conseqüências para pensar a política, em contraponto a visões economicistas, ou seja, além de análises limitadas aos processos de produção, troca e consumo de recursos. Trata-se, deste modo, de politizar a compreensão da globalização, ressaltando suas múltiplas facetas e a não-separação das esferas econômica, política, social e cultural.

Tal tarefa é assumida por Jan Aart Scholte (2002a, b), partindo de uma apreciação do significado mesmo de definição. Assim, ele coloca o caráter político de todas as definições e, também, destaca sua relatividade, lembrando as influências do momento histórico, ambiente cultural, status social ou localização geográfica. Em seguida, reforça seu caráter não definitivo pois vivemos processos de constante invenção e reinvenção, estando em movimento permanente.

Ademais, Scholte rejeita conceitos como internacionalização, liberalização, universalização ou ocidentalização, argumentando que estes não permitem apreender as reais novidades dos processos atuais. Deste modo, este os define como “the spread of transplanetary – and in recent times more particularly supraterritorial – connections between people” (2002b, p. 13). Há, então, uma redução das barreiras para as relações mundiais, representando uma mudança na natureza do espaço social, ao contrário dos quatro termos criticados por não caracterizarem estas mudanças na geografia social.

Destarte, os fenômenos da globalização são apreendidos como uma transformação espacial particular, historicamente situada – tendo início há cinco décadas e acelerada no pós-1989. Enfocando o espaço – pouco problematizado, de um modo geral, nas RI –, Scholte propõe a idéia de *globalidade*, abarcando as conexões trans-planetárias² – existentes há bastante tempo, como o telégrafo, mas vivendo níveis inéditos – e a supraterritorialidade, ou seja, conexões relativamente desligadas do espaço territorial. Esta significa que fronteiras, distâncias e localizações territoriais não monopolizam mais os fluxos mundiais, quebrando o foco exclusivo no Estado territorial. Entretanto, trata-se, antes de tudo, do fim do *territorialismo* na geografia e não da *territorialidade*, havendo até mesmo processos de reterritorialização, como o regionalismo ou a renovação de sentimentos nacionalistas e xenófobos. Em suma, a territorialidade muda e assume nova forma, levando a uma compreensão mais complexa da geografia, concomitantemente territorial e supraterritorial.

Deste modo, há novidades quantitativas e qualitativas, com o crescimento do número de transporte de passageiros e bens, comunicação e até mesmo uma certa consciência global, ilustrada pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Entretanto, torna-se importante enfatizar que nada é totalmente novo pois podemos recordar o conceito de global dos gregos, as grandes navegações, a Guerra dos Sete Anos como uma guerra mundial ou ainda o capital globalizante, as migrações e os movimentos sociais.

Observa-se, também, severas restrições no que diz respeito à cidadania nos moldes democráticos de base territorial, pois

o processo de tomada de decisão dos Estados individuais se vê forçado a levar em consideração crescentes normas e compromissos internacionais e a abrir-se a extensas consultas e negociações com outros Estados, agências internacionais e atores não-estatais transnacionais (Gómez, 2000, p. 115).

Ademais, podemos interpretar nossos tempos atuais com uma alegoria de uma encruzilhada mundial, tanto pensando na sobrevivência mesma do planeta e de seus habitantes quanto de uma possível emancipação. No que diz respeito à primeira, se destacam as armas nucleares, pelo seu poder de destruição em massa e por seu gatilho depender de tão poucas decisões e de um número reduzido de

² De acordo com a imagem de um mundo diminuindo, devido à compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1990).

indivíduos. Ademais, sobretudo após a desintegração da URSS, sua possível proliferação tornou-se objeto de considerável temor.

Porém, o momento presente constitui uma crise de civilização no sentido de que beiramos um colapso ecológico, com a poluição de nossas fontes de vida, seja da água, do ar ou dos solos, aquecimento do planeta, diminuição da camada de ozônio, esgotamento dos recursos naturais, extinção de espécies, desaparecimento de florestas e lixos tóxicos – químicos e nucleares (Reeves, 2003). O modo de organização social capitalista parece não contemplar os desafios urgentes, insistindo no produtivismo e sendo guiado pela razão instrumental, pensando a natureza como um bem disponível a ser dominado e controlado.

Tais aspectos da mundialização resultam em conseqüências metodológicas com implicações políticas, destacando entendimentos de pesquisa e governança além de concepções estado-cêntricas, permitindo pensar novas formulações para problemas ecológicos, de justiça ou democracia. Scholte, ainda, afirma seu caráter não-homogêneo – por ocorrer local, nacional, regional e mundialmente em infinitas combinações –, desigual e politicamente não-neutro.

Enfim, ao tomar teoria e prática como inseparáveis, Scholte sintetiza sua visão de que a maior parte da política da globalização significa escolhas. Embora reconheça a existência de atores dominantes, estruturas sociais profundas e processos históricos de longo prazo, afirma que múltiplas globalizações são possíveis, nenhuma direção sendo inevitável.

Assim, após efetuar esta contextualização dos fenômenos da mundialização, cabe apreender seus desdobramentos teóricos.

Ao invés de partir do arcabouço teórico do Internacional/Mundial para entender as lógicas da globalização, Ian Clark (1999) efetua o oposto ao iniciar por tais processos como contribuição para o questionamento destas teorias. Assim, visa superar as lacunas teóricas da disciplina evitando sua compartimentalização e essencialmente sua grande divisão entre o interno e o externo, ou seja, entre o Estado soberano e o sistema internacional.

Deste modo, a globalização – compreendida como um fenômeno político em processo, locus de constituição mútua entre o Estado e o ambiente externo – evidencia lacunas das teorias convencionais de RI. Em sua visão, a globalização

indica que não há uma grande divisão, logo, que as abordagens de RI são insuficientes para apreender as lógicas que a permeiam, já que englobam processos que não são, unicamente, causa nem tampouco efeito da erosão do Estado, da supremacia do sistema econômico, do livre mercado ou das inovações tecnológicas.

Assim, Clark centra-se no Estado soberano, não como uma forma de estado-centrismo, mas como uma posição intermediária entre o interno – o contrato social – e o externo – o reconhecimento pelas outras unidades. Por conseguinte, o Estado forma e é formado pelos presentes fenômenos, constituindo o sítio onde podem ser observados o balanceamento das forças domésticas e custos da ação externa. Em decorrência deste posicionamento teórico, o autor não contrapõe soberania e globalização pois não se trata de um movimento de dentro para fora (o *inside out* dos neoliberais) ou de fora para dentro (o *outside in* dos neorealistas) mas sim, de mútua constituição entre agente e estrutura, sem divisão entre doméstico e sistêmico, compreendendo que o conceito de soberania, desde sua gênese, advém da interação entre as esferas interna e externa.

Em suma, Clark indica importantes contribuições ao criticar a dicotomia entre comunitaristas – centrados no *aqui* – e cosmopolitas – preocupados com o *lá* – e em sua compreensão conjunta da teoria política e das Relações Internacionais, levando ao fim da grande divisão e das reflexões sobre a boa vida limitada aos limites nacionais. No entanto, Walker parece ultrapassar estas questões ao cogitar acerca da prática e identidade políticas além do Estado nacional e territorial. Ademais, Clark não percebe o Estado como problema – sendo até mesmo o locus de observação da globalização – e indicando pensar em termos de uma política *internacional*, aquém da proposta de política mundial de Walker.

Por seu lado, Walker enfatiza as profundas transformações espaciais e temporais. Deste modo, argumenta que

what is at stake in the interpretation of contemporary transformations is not the eternal presence or imminent absence of states. It is the degree to which the modernist resolution of space-time relations expressed by the principle of state sovereignty offers a possible account of contemporary political practices, including the practices of states (Walker, 1993, p. 14).

Pensando nestas rearticulações, Walker enxerga complexidades, contradições e oportunidades, mas, sobretudo, uma diminuição da importância da

soberania e suas configurações modernas. Assim, este analisa a importância crescente de “temporal trajectories, movements and flows rather than of spatial separations, and consequently toward an affirmation of lines of connection and relation rather than lines of inclusion and exclusion” (Walker, 2002, p. 6).

Neste momento de movimentos, acelerações, circuitos e fluxos – de idéias, pessoas, capitais, fatores ecológicos, doenças –, nossos moldes habituais mostram-se obsoletos para apreender as conseqüências dos processos de globalização para a política. Desta forma, é essencial compreender o que implica perceber o Estado em transição, principalmente em relação à subjetividade, pois o que sabemos de nós permanece obscuro se nosso conhecimento confunde-se com a constituição desta.

Esta transição implica que o Estado soberano não logra mais resolver todos os arranjos e as contradições entre o espaço e o tempo, entre a homogeneidade dentro e a diversidade fora das fronteiras nacionais e isto, por conseguinte, resulta na importância de ponderar acerca das categorias fundamentais que regem nossa organização social e sobre o que é político.

Por meio do monopólio da imaginação política, ocorre o “eterno retorno” da soberania estatal, ilustrado pela virtual impossibilidade em pensar além destas concepções. Por conseguinte, a solução situa-se em pensar o futuro analisando como a soberania moderna funciona, suas práticas políticas e construção de subjetividade, para vislumbrar as possibilidades passadas, presentes e futuras. Adota-se este ponto de partida, mas isto é efetuado de modo crítico, problematizado, ou seja, indo além do sistema de inclusão e exclusão do espaço político. O foco passa ser, ainda, o questionamento dos silêncios da disciplina, sobretudo no que tange às fronteiras intelectuais e territoriais.

Ademais, a prática da soberania constitui fonte de subjetividades, pois o Estado soberano define quem e o que representa existir como ser político. Trata-se de uma resposta elegante, inseparável de nossas reproduções de unidade e diferença (eu/outro), ilustrada pelas concepções de cidadania. Esta configuração social se torna a história oficial, ou seja, dispõe os elementos nos quais podemos julgar o que expressa ser livre, democrático ou pacífico. Com o monopólio da política, não pode haver *Política* Mundial, unicamente *Relações Internacionais*.

2.3.3 Críticos contemporâneos e o Mundial

No âmbito das transformações espaciais e políticas apresentadas, torna-se necessário analisar como os críticos contemporâneos, selecionados neste capítulo, as levam em conta, questionando o estado-centrismo de modo ainda mais contundente.

Neufeld parte do projeto aristotélico de uma vida boa e justa como finalidade da pesquisa política. Assim, a polis é compreendida como um espaço político, um modo de vida e não somente como o local onde vivem seus cidadãos. Logo, esta organização política busca assegurar as condições necessárias para estabelecer os valores da igualdade e liberdade. Destarte, Hegel concebe seu espaço ideal, de realização do espírito, no seio do Estado soberano. Se esta idéia sempre foi debatida e questionada, as presentes condições – crise ecológica, armas de destruição em massa, violação sistemática dos direitos humanos – tornam necessário pensar o espaço político em âmbito mundial, considerando o planeta como um todo e ultrapassando o quadro do Estado soberano.

Ainda, para estudar tais questões, precisa-se de um corpo teórico para pensá-la. Deste modo, Neufeld defende que está ocorrendo uma reestruturação do Internacional/Mundial, que coloca em seu centro a emancipação humana, em contraponto ao predomínio positivista nesta disciplina, que selou a ausência de uma teoria emancipatória. Por este motivo, centra seu trabalho no ataque às concepções da ciência positiva, não aprofundando a problemática do estado-centrismo.

Também, Cox argumenta que o neorealismo tornou-se uma teoria de resolução de problemas ao reificar a natureza do homem (e sua busca por poder), do Estado (definido por suas capacidades materiais e interesse nacional) e sistema de Estados (constrangimentos sistêmicos e balança de poder). A partir de seu ponto de vista crítico, pensa o poder em sua relação com a produção, o Estado e as relações internacionais.

Neste contexto, o poder do Estado deixa de ser a explicação única e transforma-se em parte a problematizar. Os neorealistas enfatizam o Estado e o reduzem às forças materiais, bem como a ordem mundial à balança de poder. Deste modo, as forças sociais (tanto no interior da esfera estatal quanto além

desta) e as formas de Estado tornam-se irrelevantes e forma-se um “fetichismo do poder”, já que estas capacidades emergem dos processos sociais e não das capacidades materiais acumuladas que são o resultado destes processos.

Desta forma, Cox problematiza todas as variáveis, como o Estado, as relações produtivas e as instituições, em oposição às variáveis independentes reificantes. Logo, questiona de que modo a atual ordem mundial se formou e seu constante processo de mudanças históricas. A diferença crucial é que nenhum elemento é tido como dado. Por conseguinte, o autor procura ir além das teorias de Relações Internacionais usuais, abrangendo os processos de desenvolvimento de forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais.

No entanto, R. B. J. Walker³ apresenta, em suas reflexões, uma certa ruptura no seio das teorias críticas em RI ao direcionar o foco de seus estudos rumo a uma imaginação política pós-estado-cêntrica. Deste modo, em relação a Cox, este parece aprofundar as interrogações a respeito das origens e bases discursivas e teóricas-práticas da presente ordem mundial, lembrando que Cox define como elemento básico da teoria crítica o fato de que “its stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about” (Cox, 1986, p. 208). Deste modo, pode-se compreender a iniciativa de Walker no sentido de ampliar seu alcance crítico, pois Cox se limita ainda aos três níveis indicados acima, não problematizando suficientemente a questão da imaginação política estado-cêntrica e as amarras da soberania estatal⁴.

Por sua vez, Linklater adentra mais intensamente no questionamento do estado-centrismo, já formulado, em sua primeira obra, na contradição entre ser humano e cidadão (1982). Ao unir a teoria política e social ao estudo das Relações Internacionais, Linklater se propõe a ajudar a reconstruir uma teoria crítica à luz da análise realista da reprodução do sistema de Estados. Evitando a negligência habitual dos críticos à questão internacional e dos realistas à mudança estrutural internacional, defende que

the emancipatory interest which distinguishes the critical approach makes it essential to analyze the interplay between the logics of systemic reproduction and modification. The question of how to develop this mode of analysis is the main

³ Cabe notar que Walker não é o único a efetuar este movimento crítico nas RI, lembrando de David Campbell e Ashley. Entretanto, concentra-se, aqui, no trabalho de Walker.

⁴ Ainda que Cox (1997) amplie seu foco de pesquisa nos escritos posteriores.

issue now facing the critical theory of international relations (Linklater, 1990, p. 138).

Deste modo, busca repensar o Estado contra-hegemônico, no contexto do fracasso do internacionalismo clássico, pois este não considerou as relações políticas e culturais entre comunidades políticas distintas, resultando em um universalismo um tanto falho. Este pressupunha a transição dentro das fronteiras nacionais e um compromisso com o socialismo em escala mundial, embutido em uma visão progressista da história que levaria a transição global do capitalismo ao socialismo, como analisamos.

Entretanto, pode-se afirmar que a agenda de pesquisa de Linklater mantém, em certo sentido, a do Realismo, buscando estudar o “relatively fixed and inelastic state system” (Linklater, 1990, p. 72). É certo que Linklater intenta reparar um erro da sociologia e política – marxistas – e seu olvido da esfera de relações interestatais.

No entanto, pode-se questionar se este diálogo, defendido por Linklater, entre Realismo e Marxismo não possui contradições inerentes em seus divergentes propósitos e suposições centrais. Destarte, quando este pensa em alternativas, o faz de forma a compreendê-la sob a forma de um Estado contra-hegemônico e na extensão da comunidade política. Como estudado, nos capítulos seguintes, o desafio mais estimulante parece situar-se mais na reimaginação da comunidade política do que em seu “mero” alargamento.

Linklater aprofunda tal problemática em sua reflexão posterior (1999), enfrentando os nós teóricos do Internacional/Mundial e cogitando acerca da transformação necessária das comunidades políticas e compreensão de cidadania, abarcando lealdades locais, nacionais e transnacionais. Tal imperativo provém do caráter excludente – interna e externamente – das existentes.

Porém, pode-se argumentar, tal como o faz Walker em sua resenha a esta pesquisa, que o autor não logra desvencilhar-se das resoluções de universal e particular já contida nas resoluções de soberania estatal⁵. Sua perspectiva cosmopolita, paradoxalmente, inclui-se nos princípios da soberania estatal, tendo em vista que estes indicam uma resolução do dilema entre universal e particular, onde o primeiro realiza-se no terreno particular de cada Estado soberano.

⁵ Linklater parece pensar essencialmente na Europa e União Européia e não em uma concepção realmente mundial; pensa na transformação das comunidades políticas, inspirando-se inclusive em Marx, mas não se refere a nenhuma luta político-social concreta, enfraquecendo seu argumento.

Dito de outro modo, Linklater coloca um dualismo entre universal e particular e intenta persuadir das virtudes do primeiro. Neste âmbito, o cosmopolitismo e seu universalismo representam uma crítica ao particularismo do sistema de Estados soberanos, não o compreendendo como constitutivo deste, sendo parte central da resolução específica entre desejos de universalidade e particularidade. Desta forma, consolida-se a habitual dicotomia do Internacional, entre cidadão e ser humano. Ou seja,

state sovereignty and the modern subject may work hard to present us with an apparent choice between universality and difference in this sense, but they work because universality and difference are already set up in a specific relationship (Walker, 1999, p. 154).

Em lugar de questionar outras resoluções possíveis, Linklater atém-se às conclusões presentes nas premissas do Internacional, contrapondo deste modo universal e particular, um e muitos. Em outras palavras, não se engaja nas condições nas quais “we have all become so easily persuaded that the dualisms that arose with modern accounts of sovereignty and subjectivity are the appropriate way of posing questions and answers about the future of political life” (Walker, 1999, p. 156).

Em suma, se Linklater analisa de forma instigante as falhas dos críticos clássicos marxistas na teoria internacional e problematiza o nó das comunidades políticas hoje, permanece envolto em uma imaginação – paradoxalmente – estado-cêntrica, deixando evidentes as distinções – em relação a Walker – de suas agendas de pesquisa política, pois este propõe analisar a soberania e seus pontos de partida⁶.

Neste contexto, o objetivo central de Walker situa-se em apreender a possibilidade de uma perspectiva crítica nas RI, ao problematizar o princípio e a expressão mais importante de suas compreensões usuais, o da soberania estatal e suas articulações relativas ao espaço e tempo. Neste contexto, entende as RI como uma disciplina típica do período moderno e sua imaginação política. Suas

⁶ Tal resolução específica da soberania estatal e subjetividade modernas inclui-se na perspectiva dos pensadores do início da modernidade – na escolha entre Hobbes e Kant – pensada como uma particularidade possível unicamente graças a seu universalismo constitutivo. Deste modo, re-imaginar esta problemática não consiste em defender o universal frente ao particular – ou vice-versa – mas pensar em como rearticulá-los. Considerar a soberania estatal como uma fragmentação ou particularidade não permite problematizar, a fundo, suas concepções, já que esta possui sua dimensão universal. Necessita-se sair da naturalização que define as questões e repostas possíveis.

limitações formam um entendimento específico do caráter e localização da vida política, pois o fato mesmo de teorizar configura também a prática. O fato de ser um retrato dos tempos atuais a torna, igualmente, trincheira de possíveis mudanças, apesar de hoje mostrar mais o que temos que explicar do que iluminar a realidade.

Em suma, as demarcações desta disciplina indicam o que é racional, realista ou emancipatório, porém mantendo as possibilidades políticas dentro dos marcos confinados do Estado territorial. Tais barreiras e balizas geométricas do aqui e lá, seus discursos de limites e perigos, resultam na dificuldade de falar em política, talvez identificada na pequena vitalidade de nossas democracias.

Da mesma forma, trata-se de reforçar a importância da ontologia – premissas sobre a natureza do mundo – sobretudo no que concerne ao espaço e sua interpretação especificamente moderna. Logo, em meio a esta reestruturação das teorias de RI – pós-positivista e pós-estado-cêntrica –, Walker destaca as concepções espaciais tácitas, enfatizando suas contingências e partindo das novas condições atuais, de acelerações e rearticulações.

Assim, as teorias do Internacional/Mundial expressam e apreendem de forma insatisfatória tais transformações, ao reproduzir a temporalidade fixa em categorias espaciais limitadas, ilustrada pelo princípio de soberania estatal e por trabalhar o molde espaço-temporal moderno como dado, sem problematizá-lo. Logo, o conceito de anarquia é fundamental na distinção entre as teorias de RI e as políticas e sociais, limitando o horizonte da prática política e provocando o esvaziamento político da esfera internacional.

Portanto, houve um monopólio estatal na identidade política das pessoas, pela lógica de inclusão e exclusão, o Estado soberano se tornando uma expressão ideológica. O não-questionamento das categorias modernas do Internacional/Mundial anula a possibilidade de compreendermos o que seria uma Política Mundial, superando tais limites. Estas divisões reificam uma ontologia espacial historicamente específica instituindo uma rígida distinção entre aqui e lá, sendo um discurso que afirma constantemente a presença e ausência de vida política, dentro e fora dos Estados. Assim, seus pontos fixos definem, de modo excludente, a localização da política, representadas pela inevitável violência do realismo político e impossibilidade de outros caminhos – mais justos, humanos ou pacíficos.

Tendo em vista os limites apontados acima, o verdadeiro desafio das RI torna-se como representar a Política Mundial, sem ficar preso à problemática da soberania; como ir além desta, para vislumbrar novas esferas de liberdade e história. Deste modo, os limites espaciais do Estado soberano transformam-se nos limites da (re)construção teórica. Assim, estas limitações são análogas às da democracia e suas premissas sobre a natureza e sítio da comunidade política, evidenciando uma clara contradição entre estruturas de poder em parte universalizadas e processos de participação, representação, *accountability* e legitimação presos aos aparatos institucionais estatais compartimentados.

Em outras palavras, ocorre uma distinção fundamental entre o lócus autêntico e legítimo da política – dentro do Estado moderno e soberano – e as meras relações entre Estados – fora. Deste modo, a distinção entre RI e teoria política, explícita na primeira e implícita na segunda, expressa os limites da prática política.

Neste contexto, pensar criticamente expressa, antes de tudo, problematizar as concepções tácitas até mesmo das teorias ditas críticas. Assim, o maior desafio consiste em estudar a possibilidade de uma atitude crítica no Internacional/Mundial, ou seja, analisar as insuficiências destas teorias provenientes de suas compreensões de espaço e tempo reificadas. Estas condições provêm do início da modernidade, quando foram pensados tais princípios, posteriormente fixados e até hoje reproduzidos, de certo modo, mecanicamente.

Em síntese, tais visões do espaço político “are often just as firmly rooted in aspirations for radical critique as they are in the most self-satisfied forms of conservative apologetics” (Walker, 1993, p. 17). Logo, as interpretações críticas, que contribuíram para uma renovação do pensar no Internacional/Mundial – ao buscar vias além do positivismo –, possuem uma espinhosa relação – agravada pelos fenômenos da globalização – com a problematização do poder político nacional. Assim, este estado-centrismo constitui uma lacuna importante, o desafio crítico primordial situando-se em refletir acerca do Mundial.